



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0005037-37.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Ameaça**
 Documento de Origem: **TC - 039/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **SIDNEI LOPES**
 Vítima: **SERGIO WILLIAN DA COSTA e outros**

Aos 27 de maio de 2015, às 14:05h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato SIDNEI LOPES. Presente as vítimas Sérgio e Natália, acompanhados de defensor, o Drº **Ulisses Mendonça Cavalcanti – OAB 102304/SP**. Presente a vítima Luciana, acompanhada de defensor, o Drº **Bruno Octavio Vendramini – OAB 288683/SP**. Presente a vítima Thiago, acompanhado de defensor, o Drº **Sérgio Franco de Lima – OAB 79450/SP**. **Inexistiu composição civil**. Foi oferecida **representação apenas pela vítima Thiago** e não pelas demais, que assumiram o compromisso de respeito recíproco e de não haver novos incidentes. A seguir, tratando-se de ação penal pública condicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao autor do fato Sérgio Willian da Costa a pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima Thiago. **Pelo autor da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima Thiago. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao autor do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), **em favor da vítima Thiago, mediante depósito judicial**. A prestação deverá ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor(a):

Defensores:

Autores/Vítimas: